

8. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E CLUBE DE GOLFE DE BRAGA:

Da **DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação da minuta ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar entre o **Município de Braga** e a **Associação de Futebol de Braga**, no montante de **3.012,00 €**, nos termos da parte F -Título II do Código Regulamentar do Município de Braga.

Tudo conforme proposta e respetiva minuta que vão em anexo.

Nº Informação: 52729

Data: 17/11/2020

A ~ b E t ~
210316
[Signature]

Assunto: Pedido de apoio na área desportiva 2020/2021

O **CLUBE DE GOLFE DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 503050512, com sede no Lugar do Carregal, Palmeira, Braga, inscrita na Federação Portuguesa de Golfe com o número 034 e titular do estatuto de utilidade pública desportiva, com o RECAM 72/2014, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro na área desportiva, para a época desportiva 2020/2021, no valor de 3.012,00€ (três mil e doze euros).

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato).

A entidade procedeu à junção de elementos documentais que procuram dar resposta aos pontos da sustentabilidade do projeto de gestão, da capacidade de autofinanciamento do projeto, das participações de outras entidades e custos relativos ao funcionamento administrativo.

O Clube de Golfe de Braga para a época desportiva 2020/2021 está muito centrado no projeto escolar, na academia e na criação de mais condições para os jovens se sentirem bem neste desporto. O clube tem demonstrado ao longo dos tempos a capacidade de obter sucesso no desenvolvimento dos projetos que se propõe. Em 2021 alguns dos jovens atletas vão jogar no drive Tour e no Circuito da FPG. Tendo como grande objetivo para 2021 acolher a final regional do projeto de desenvolvimento juvenil ou a final norte do drive challenge.

O presente pedido de apoio financeiro visa a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, "**Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Clube de Golfe de Braga**" centrado no golfe e na difusão entre as faixas etárias mais jovens. Com a academia, que está em processo de certificação pela Federação Portuguesa de Golfe, que surge como uma excelente resposta ao desenvolvimento da modalidade na região. No entanto, o clube criou uma rede de ensino nas escolas, universidade, OTL's e instituições de solidariedade social, ensinado a técnica aos alunos, do Ensino Pré-Escolar ao Ensino Secundário e Universitário, preparando diferentes atletas para níveis de competições diferentes com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades.

De referir que o Clube de Golfe de Braga dispõe de 44 atletas, inscritos na Federação Portuguesa de Golfe, em vários escalões de formação, 18 atletas femininas, bem como um dirigente, um treinador e um massagista.

Assim considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a hipótese de celebração de um contrato-programa, no valor de no valor de 3.012,00€ (três mil e doze euros), uma vez que o Clube de Golfe de Braga cumpre com os objetivos traçados, e procura fomentar a prática da modalidade em Braga.

À consideração superior,



MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: _____ em representação do Clube Golfe Braga, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 503 050 512, com sede no Lugar do Carregal, da freguesia de Palmeira, da cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado em 7 de dezembro de 2006, atualmente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II, da parte F, do **Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto**, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª **(Objeto)**

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, procedendo ao pagamento das inscrições dos atletas, na respetiva associação da modalidade, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

Cláusula 2.ª **(Obrigações da ENTIDADE)**

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano,

devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro;

- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no 3.012,00€ (três mil e doze euros).

2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

Cláusula 4.^a
(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.^a
(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.^a
(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1.^a é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 7.^a
(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho 2021 (Época Desportiva 2020/2021 com início em 01.07.2020)

Cláusula 8.^a
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 9.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente

impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 10.^a

(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em Braga, a 22 de fevereiro de 2021, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)